UMA ANÁLISE SEMÂNTICA ENUNCIATIVA DAS PALAVRAS "*CIDADÃOS*" E "*CIDADANIA*" EM UM LIVRO DIDÁTICO

Raquel Silva Menezes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3172-1324
Endereço eletrônico: raquelmenezes21.08@gmail.com

Aline Medeiros Torres
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: aline.m.torres7@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-0599-8649

Adilson Ventura
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7521-3981
Endereço eletrônico: adilson.ventura@gmail.com

Palavras-chave: cidadão e cidadania; sentidos; semântica do acontecimento; livro didático; educação.

INTRODUÇÃO

Cidadão e *cidadania* são palavras recorrentes em diversos âmbitos da sociedade brasileira. Na Educação, por exemplo, elas são apresentadas por algumas Legislações Educacionais brasileiras como parte de metas a serem alcançadas. Contudo, textos jurídicos, justificados por sua função reguladora, não descrevem ou conceituam esses termos em questão. Essa função é direcionada aos materiais didáticos, cujo objetivo principal é formar indivíduos que se adequam à sociedade em que vivem.

Logo, ao observar o estabelecimento, realizado pela BNCC (Brasil, 2018), da cidadania como um dos objetos de conhecimento a ser abordado na disciplina de história no quinto ano do ensino fundamental, surge a seguinte questão: quais os sentidos de *cidadão* e *cidadania* apresentados nos livros didáticos que atendem ao público-alvo indicado pela lei? Esse estudo, recorte de uma dissertação em desenvolvimento, possui, assim, o objetivo geral de analisar o funcionamento das designações *cidadão* e *cidadania* no livro *A conquista* (2021)

de Alfredo Boulos Júnior, aprovado pelo PNLD 2023.

Além disso, pretendemos também, por meio deste estudo, refletir sobre a formação dos cidadãos a partir dos sentidos aos quais os indivíduos são expostos. Sentidos estes que, de acordo com Eduardo Guimarães (2018), não se caracterizam como fixos, claros e únicos, mas sim como constituídos por meio da integração de enunciados ao texto. Assim, esse estudo torna-se fundamental na medida em que permite, a partir da observação linguística, reflexões sobre a formação da sociedade brasileira, assim como sobre o seu funcionamento e conduta dos indivíduos que a compõem.

METODOLOGIA

Essa pesquisa fundamenta-se na teoria linguística da Semântica do Acontecimento, formulada por Eduardo Guimarães, a qual estabelece como pressuposto a multiplicidade e a opacidade dos sentidos, os quais são produzidos nos acontecimentos enunciativos. Logo, para a constituição da análise, mobilizamos alguns conceitos teóricos como a sondagem, a articulação, a reescrituração e a paráfrase.

O primeiro conceito equivale ao método de seleção de recortes. De acordo com Guimarães (2018), ele funciona a partir da observação da ocorrência das palavras em questão. A quantidade de recortes selecionados, ainda segundo o autor, depende de sua suficiência para responder a questão-problema. Nesta pesquisa, por se tratar de uma parte da dissertação, selecionamos apenas um recorte.

A articulação e a reescrituração, por sua vez, são formas de relação que permitem ao pesquisador-semanticista observar a constituição de sentidos em um enunciado. O primeiro, de acordo com o teórico, "(...) é uma relação de contiguidade significada pela enunciação" (Guimarães, 2011, p.51) enquanto o segundo "consiste em se redizer o que já foi dito" (Guimarães, 2011, p.53). Dessa maneira, observamos como as palavras *cidadão* e *cidadania* se apresentam no enunciado, assim como os termos e expressões com os quais elas se articulam.

Por fim, a paráfrase, segundo Souza (2019), corresponde a ação de "(...) a partir do acontecimento, medir os limites interpretativos" (p.39), ou seja, corresponde a reescrita do enunciado com palavras que demonstrem os sentidos encontrados e validem os resultados observados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RECORTE ANALISADO

> Afinal, o que é ser cidadão?
> Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei:( ) é, em resumo, ter direitos civis. ( ) É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ( ) ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

A análise do recorte acima nos permite observar a constituição de sentidos a partir da reescrituração e da articulação que ocorrem da seguinte maneira: “cidadão” se articula com “ser”, gerando um sentido de não inerência desse título jurídico que recorta o memorável da cidadania romana, que estabelecia os fidalgos como cidadãos enquanto os plebeus e os escravos não.

Sua reescrituração por elipse, representada pelo emprego dos parênteses ( ), ao se articular com “ter direito”, “ter direitos civis”, “participar no destino da sociedade” e com “ter direitos políticos”, colabora com o sentido anterior ao propor uma descrição do cidadão: “aquele que tem direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei” e que “vota e é votado”. Caracterização que recorta, respectivamente, o memorável da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949), assim como o da democracia, regime político em que o poder é do povo. Recorta também o memorável, que de acordo com Oliveira (2006), corresponde à ligação dos indivíduos com o Estado por meio dos direitos.

Além disso, pode se observar a reescrituração de “cidadão” por “indivíduo” que ao se articular com “participação” e “riqueza coletiva”, constitui o sentido de “cidadão” como uma pessoa ativa na sociedade que possui “o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila”, ou seja, cidadão é aquele que possui educação escolar, que trabalha com carteira assinada, que possui boa alimentação, condição física, acompanhamento médico e aposentadoria.

Em relação a palavra “cidadania”, por sua vez, analisa-se a reescrituração por substituição na palavra “democracia”, assim como a sua articulação com “asseguram” que estabelece o sentido da palavra analisada como um sistema político instável que depende dos “direitos civis, políticos e sociais” para de fato funcionar. Por fim, esse sentido se confirma na articulação de “cidadania” com “exercer” e “plena” que estabelece uma totalidade cidadã ou

mesmo um auge, alcançado por meio da garantia dos três tipos de direitos identificados anteriormente.

CONCLUSÕES

A partir dessa pesquisa, observamos que "*cidadão*" é estabelecido, no livro didático *A conquista* (2021), como pessoas que possuem direitos que os garantem uma boa condição de vida, que os permitem trabalhar com carteira assinada e participar ativamente da política por meio do voto e da candidatura. Observamos também que "cidadania" é compreendida como um sistema político que confere ao povo todo o poder para tomar decisões importantes no país.

No entanto, tais sentidos constituídos excluem pessoas que não se encaixam em tais descrições apresentadas, como pessoas que não terminaram os estudos, que não trabalham assalariado, que não possuem uma boa condição de vida, que não votam e que não podem se candidatar. Isso ocorre, por exemplo, em vista da desigualdade social que os expõe a condições que os impossibilitam de participar ativamente na sociedade. Tal situação é totalmente ignorada como se fosse uma realidade inexistente. Logo, é possível afirmar que tais sentidos constituem uma sociedade desigual em que apenas uma minoria abastada pode ser considerada cidadã.

Esses sentidos apresentados no livro didático analisado não são os únicos, pois ele também se constitui em um ambiente político, à medida em que apresenta disputas de sentidos. Cada um deles se interioriza nos cidadãos em formação, os quais os recebem como verdades absolutas. Ao tomar os sentidos, apresentados nessa pesquisa, como verdades absolutas, as pessoas podem normalizar as dificuldades econômicas, sociais e políticas que enfrentam e não buscar a reivindicação de seus direitos.

REFERÊNCIAS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **A conquista : história :** 5º- ano : ensino fundamental : anos iniciais / Alfredo Boulos Júnior. -- 1. ed. -- São Paulo: FTD, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 maio. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 30 maio. 2026.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica:** enunciação e sentido. Eduardo Guimarães - Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 51, n. 1, p. 49–68, 2011. DOI: 10.20396/cel.v51i1.8637219. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219. Acesso em: 16 abr. 2026.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania:** história e política de uma palavra/ Sheila Elias de Oliveira - Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006

SOUZA, Danilo Sobral de. **Sentidos de impeachment no caso Dilma Rousseff: um estudo semântico**. Repositório Digital de Teses e Dissertações do PPGLin-UESB, v. 7, 88p., 2019. Disponível em: https://repositorio.cepelin.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/view/166/144. Acesso em: 19 mar. 2026

VENTURA, Adilson. O sentido: uma questão ética. *In*: OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de; OLIVEIRA, Sheila Elias de; RODRIGUES, Marlon Leal; KARIM, Taisir Mahmudo (org). **Linguagem e Significação: práticas sociais** - Volume 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 273 - 283.